

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

MARCOS AURÉLIO PEREIRA DA SILVA

SÍTIO PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS:

O patrimônio histórico local como objeto didático ao Ensino de História com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental

ANANINDEUA
2023

MARCOS AURÉLIO PEREIRA DA SILVA

SÍTIO PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS:

O patrimônio histórico local como objeto didático ao Ensino de História com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de graduação de licenciatura em História da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Carlos Augusto de Castro Bastos

ANANINDEUA
2023

SUMÁRIO

Resumo.....	3
1 Introdução.....	4
2 Patrimônio, memória e ensino de História.....	5
3 O Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza.....	9
4 Análise do questionário.....	15
5 Considerações finais.....	20
6 Referências e Fontes.....	23
7 Apêndices	
7.1 Apêndice A — Questionário.....	26
7.2 Apêndice B — Gráficos elaborados por meio dos dados do questionário.....	28

RESUMO

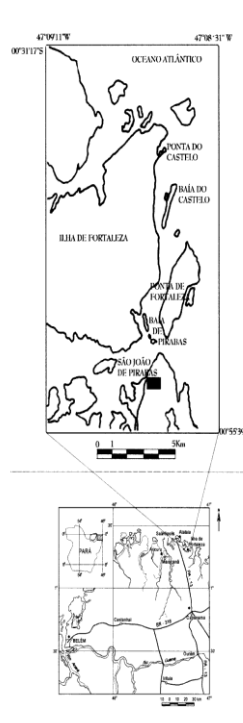
Este artigo é produto de um estudo acerca das percepções e a memória da sociedade do município de São João de Pirabas envolvendo o Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza — SPIF —, localizado nessa cidade. Para tanto, analisamos como funciona atualmente as políticas públicas de manutenção do SPIF e aplicamos um questionário em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, pois, de acordo com a BNCC, o conteúdo da disciplina de história dessa série contempla história contemporânea do tempo presente. Como resultado, conseguimos compreender a visão dos alunos (considerados aqui como uma amostragem importante da sociedade pirabense) a respeito da paleontologia, do SPIF e da necessidade de sua preservação enquanto patrimônio histórico-cultural. Existe uma relativa invisibilidade do SPIF no presente município de São João de Pirabas, em que não há incentivo dos governos locais para discussão, preservação e utilização didática desse patrimônio nas escolas. Portanto, as observações de campo, a análise de documentos e leis sobre sítios paleontológicos e a discussão com discentes do Ensino Fundamental corroboraram para caracterizar a história do SPIF no tempo presente e para fundamentar a discussão teórico-epistemológica da sua qualidade enquanto patrimônio, bem como da necessidade de preservá-lo.

Palavras-Chave: Memória, Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza, Patrimônio Histórico-Cultural, Ensino Fundamental.

1 Introdução

Este artigo é o produto de um trabalho investigativo que busca sintetizar questões que envolvem patrimônio paleontológico e memória acerca do Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza — SPIF —, ilha pertencente à jurisdição do município de São João de Pirabas, estando cerca de 2 km de distância dessa cidade, região nordeste do Estado do Pará (FIGURA 1). O SPIF foi descoberto por Ferreira Pena em 1876 e conta com uma das mais expressivas ocorrências de fósseis marinhos da Época Cenozoica do Brasil. Em 2009, o SPIF foi declarado como pertencente ao patrimônio cultural do município de São João de Pirabas por conta de sua relevância cultural e por potencializar o turismo local. A escolha desse objeto de estudo se deu, em primeiro lugar, pela necessidade de repensar a vivência com o lugar, articulando a teoria, a episteme e a metodologia com o SPIF para produzir conclusões científicas; em segundo lugar, para contribuir com outros pesquisadores que problematizaram o SPIF, sobretudo na perspectiva da História. Por isso, buscamos trabalhar o tema memória patrimonial para compreender a história do objeto de estudo em si e para a sociedade.

FIGURA 1 — LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO PALEONTOLÓGICO DA ILHA DE FORTALEZA



Fonte: TÁVORA; FERNANDES; FERREIRA, 2023, p. 141.

Com efeito, essa pesquisa se justifica porque é relevante analisar a percepção da comunidade local com o passado e presente do SPIF, sobretudo considerando as implicações sociais, culturais e econômicas que o SPIF gera ao município. Ao promover a interação entre teoria da história e práticas de pesquisa, evidencia-se a importância de caracterizar a percepção e de analisar a vivência da sociedade pirabense no tempo tempo presente em relação ao SPIF, buscando a compreensão do encontro da memória com a história.

Para tanto, o recorte feito para colher dados para essa pesquisa é trabalhar com o público jovem, em que a proposta é avaliar como o SPIF impacta na memória e no ensino de história dos estudantes do Ensino Fundamental de São João de Pirabas na contemporaneidade, seja por como alunos e alunas entendem o seu significado no cotidiano e na memória de São João de Pirabas, seja por seus juízos sobre as políticas públicas de preservação. A ideia é aplicar um questionário aos estudantes do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Guajarina Menezes Silva, em São João de Pirabas. A escolha em trabalhar com esses estudantes se dá por conta de um dos fundamentos essenciais da disciplina de História no Ensino Fundamental presente na BNCC (2018), que dialoga com a problematização dessa pesquisa:

Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens. (BNCC, 2018, p. 416)

Embora seja uma premissa geral, ela abre margem para inserir a articulação específica entre patrimônio e memória locais na parte final do conteúdo programático da disciplina, em que se trabalha História Contemporânea. Ademais, realizaram-se visitas de campo ao SPIF e analisaram-se políticas públicas e a legislação que o preservam para construção de uma perspectiva crítica sobre a contextualização do SPIF.

2 Patrimônio, memória e ensino de História

O historiador lida com o patrimônio por meio de seu valor social, cultural e subjetivo construído por uma determinada coletividade de pessoas ou mesmo à sociedade. Para Fonseca (2005), essa relação entre patrimônio e os sujeitos define a noção de identidade nacional, porque

Essa relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional e relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva — a identidade nacional — pressupõe um certo grau de consenso quanto ao valor atribuído a esses bens, que justifique, inclusive, o investimento na sua proteção. No caso dos patrimônios, essa capacidade de evocar a ideia de nação decorreria da atribuição a esses bens, de valores da ordem da cultura — basicamente o histórico e o artístico. A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental pela “automatização” das noções de Arte e História. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 2005, p. 31)

O conceito de patrimônio é, pois, um constructo de valores materiais — ou imateriais —, intelectuais e emocionais que gera um fator de pertencimento e de representatividade histórica de diversas individualidades agrupadas em torno de um bem patrimonial. Embora a proposição da autora abarque uma dimensão universal ao trabalhar com a nacionalidade, tomamos, por meio de uma visão dialética, que identidades locais ou regionais em torno de um patrimônio também podem ser construídas, sendo subordinadas à identidade nacional, obviamente, mas que não deixam de ter suas próprias particularidades.

Vale ressaltar que, ainda para Fonseca (2005), o Estado é um agente político mediador nessa relação entre a comunidade e o patrimônio. Consequente da dinâmica moderna da sociedade burguesa, o Estado cumpre um papel central ao definir políticas públicas para valorização e para preservação patrimonial. É o Estado que sustenta o sentimento de nacionalidade e de pertencimento local ou regional, além de coordenar a produção e o arquivamento de documentação histórica e de testemunho ao longo da história. Portanto, o papel do Estado se torna um ponto de análise relevante para esse trabalho.

Nessa perspectiva, o SPIF é um lugar que, além de fazer parte da história de São João de Pirabas, conta a sua própria história. Por um lado, o seu valor paleontológico que se soma ao sentimento de pertencimento da comunidade local, gerando identidade e memória. Por outro, a mobilização dos governos locais para garantir o tombamento e gerir a manutenção patrimonial. Dada a constatação do apelo social e histórico que o SPIF instiga, a sua preservação enquanto patrimônio confirma o discurso da identidade local e a materialização da memória local.

Dada essa noção geral, partiremos à delimitação dos conceitos de patrimônio que se encaixam na especificidade do SPIF. Como primeira aproximação, trazemos à tona a noção de patrimônio histórico, que, de acordo com Choay (1999), é tida como:

Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, «património histórico» tornou-se numa das palavras-chaves da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade. (CHOAY, 1999, p. 11)

O que quer dizer que património histórico, sobretudo na contemporaneidade, é um aspecto que evidencia os lastros históricos de construção cultural de uma comunidade. Esses bens patrimoniais podem ser de ordem material ou imaterial.

Desse modo, como segunda aproximação, categorizamos o SPIF como um património histórico material, pois há um espaço físico em que as pessoas estabelecem relações diretas com o seu presente e passado. Para Paoli (2012), o património histórico material é “voltado para os testemunhos físicos do passado” (PAOLI, 2012, p. 151), o que significa dizer que parte de uma relação concreta com uma construção humana. Mesmo que o SPIF seja uma reserva paleontológica resultante da ação da natureza, após a sua descoberta gerou uma atividade humana que agrega valores tangíveis e afetivos, além de produzir memória.

A memória, por sua vez, movimentada diversos aspectos da atividade humana, tais como: a geração e transmissão de informações, documentadas ou de tradição oral, ao longo da história; a recordação por meio da preservação de testemunhos materiais e imateriais; e a rotina comunitária estabelecida com os lugares e objetos de memória. Corroborando com essa ideia, para Nora (1993), a memória é

a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (NORA, 1993, p. 9)

A memória é uma forma de configuração intelectual e subjetiva do presente por meio do passado, dando meios para se pensar no futuro. No entanto, tal esforço mental depende do provimento e preservação da fonte material e objetiva da memória, como documentos, lugares, monumentos e obras de arte. Essa dialética da memória gera um efeito de produção e reprodução permanente da vida humana, pois a memória “introduz o passado no presente sem

modificá-lo, mas necessariamente atualizando-o” (SEIXAS, 2009, p. 50). Por isso, é primordial ter a preocupação de se preservar a memória. O SPIF é uma fonte material, uma nascente, geradora de memória para a comunidade de São João de Pirabas. Tanto que, para resguardá-lo enquanto patrimônio histórico-cultural, a Prefeitura do município sancionou a Lei nº 913, de 24 de junho de 2009, que regulou a preservação do espaço e dos fósseis, assim como estabeleceu que a exploração socioeconômica, sobretudo por meio do turismo, é supervisionada pela mesma Prefeitura (SÃO JOÃO DE PIRABAS, 2009).

Com efeito, ter políticas estatais que visem a movimentação da relação entre patrimônio e memória em todas as instituições e no seio da sociedade. É nesse contexto que surge contemporaneamente a educação patrimonial, que objetiva produzir práticas educacionais voltadas ao patrimônio e à memória. Fabio Cerqueira (2005) afirma que a educação patrimonial

cresceu como uma importante dimensão da formação dos cidadãos na democracia moderna, uma vez que estimula o fortalecimento da consciência do caráter público do patrimônio e a identificação e manutenção dos laços de memória com significantes coletivos portadores das memórias sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Por meio da educação patrimonial, busca-se sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória; mais que isso, busca-se gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, de modo que se perceba que patrimônio não é somente o monumento belo e notável que fala do passado de algumas elites, mas que patrimônio é, outrossim, todo símbolo de memória coletiva, do terreiro à igreja, do sobrado à senzala, das praças públicas aos prédios das escolas, dos antigos armazéns de bairro aos grandes teatros, das canchas retas aos estádios de futebol. (CERQUEIRA, 2005, p. 99-100)

Ao se introduzir patrimônio e memória na escola, busca-se a formação de estudantes com consciência social, cultural e política historicamente localizadas, voltados à reflexão crítica do seu presente e à necessidade consciente de preservação de bens históricos materiais e imateriais. Desse modo, se firma a responsabilidade da educação patrimonial em

superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias. (SCIFONI, 2017, p. 13)

É nesse contexto que entra o papel do historiador na escola. O ensino de história pode incluir patrimônios históricos como elementos didáticos à elaboração de estratégias

pedagógicas em sala de aula. Sendo assim, o docente da disciplina de história no Ensino Básico

(...) pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática que façam uso dos bens culturais (arquitetônicos, monumentais, de museus, de arquivos...), com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem respeito ao território e aos bens culturais. (MATTOZZI, 2008, p. 137)

Proporcionar o convívio de estudantes com fontes patrimoniais os ajuda na compreensão dos conceitos históricos, em manter viva a memória, o pertencimento e os bens culturais. Portanto, avaliar a relação de estudantes do Ensino Básico com patrimônios históricos como o SPIF, dimensionando sua relevância histórica, assim como correlacionando as memórias criadas pela comunidade local com o Ensino de História, é um elemento fundamental para o entendimento de como a população e o poder público também se relacionam com o patrimônio e a memória, no caso com a preservação geográfica e da memória relacionadas ao SPIF.

3 O Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza

Localizado nas proximidades do município de São João de Pirabas, numa travessia pelas águas do oceano Atlântico, encontra-se a ilha de Fortaleza. O município do nordeste do Estado do Pará possui 20.689 habitantes (IBGE, 2022). A ilha faz parte da jurisdição de São João de Pirabas, possuindo uma pequena população composta por pescadores e por comerciantes que vivem da economia geoturística proporcionada pelo Sítio Paleontológico presente nesse lugar. Diante dessa caracterização, o SPIF tem movimentado ao longo do tempo as vidas das pessoas da cidade e da ilha em três âmbitos centrais: o interesse científico, o sincretismo religioso e o turismo.

Os fósseis paleontológicos — ou calcários da Formação Pirabas, em termos geológicos — foram encontrados pelo naturalista Domingos Ferreira Penna (1818-1888) em 1876 (FERREIRA; CUNHA, 1957). A extensão do SPIF ocupa dois pontos distintos separados por um rio na ilha de Fortaleza: Ponta da Fazenda (FIGURA 2) e Ponta do Castelo (FIGURA 3).

FIGURA 2 — PRAIA DA PONTA DA FAZENDA



Fonte: Arquivo pessoal.

FIGURA 3 — PRAIA DA PONTA DO CASTELO



Fonte: Arquivo pessoal.

Após a sua descoberta, o sítio tem sido um lugar de constantes visitas de pesquisadores locais, nacionais e internacionais. Para Távora, Fernandes e Ferreira (2002), a relevância científica do SPIF se dá

no fato de guardar uma das mais expressivas ocorrências do Cenozóico marinho do Brasil, e por constituir-se no limite sul da província paleobiogeográfica Caribeana, refletindo assim a sua supra importância para a paleontologia brasileira. (TÁVORA; FERNANDES; FERREIRA, 2002, p. 140)

De acordo com Ferreira e Cunha (1957), Emílio Goeldi (1859-1917) foi quem coordenou as primeiras pesquisas paleontológicas no SPIF, contando com a colaboração de diversos pesquisadores, tais como Karl von Kraatz-Koschlau (1867-1900), Avelino Ignácio de Oliveira (1891-1970), Pedro Moura (1901-1988), Cândido Simões Ferreira (1921-2013) e Carlota Joaquina Maury (1874-1938). Essa última pesquisadora, a propósito, publicou, em 1924, uma monografia que se tornou uma das mais notáveis contribuições paleontográficas do século XX no Brasil, pois o seu estudo “estendeu os limites da província paleobiogeográfica caribenha até a porção norte do Brasil” (TÁVORA; FERNANDES; FERREIRA, 2002, p. 140). Atualmente, o SPIF continua a mobilizar a comunidade científica à ilha de Fortaleza, sobretudo por meio das Universidades, de Institutos de Pesquisa, de Museus e de ONGs, exatamente para examinar os registros fósseis e a geologia, como se pode verificar na FIGURA 4 e FIGURA 5.

FIGURA 4 — REGISTRO DE FÓSSEIS NA PONTA DA FAZENDA



Fonte: Arquivo pessoal.

FIGURA 5 — REGISTRO DE FÓSSEIS NA PONTA DO CASTELO



Fonte: Arquivo pessoal.

As formações geológicas do SPIF também se vincularam às pessoas por meio do sincretismo religioso e do mito. Há uma formação rochosa conhecida como “Pedra do Rei Sabá” (FIGURA 6) que mobiliza rituais religiosos da Umbanda e do cristianismo. Do lado umbandista, todo ano, no dia 20 de janeiro, ocorre o dia de São Sebastião, uma celebração religiosa que movimentava umbandistas de todo o Brasil, e que, inclusive, recebe apoio da

Prefeitura local. A versão atrelada a essa religião de matriz africana sobre a origem da pedra narra que “Rei Sabá chegou em um navio negreiro que naufragou em uma praia da região (atual praia do Rei Sabá). Ele sobreviveu ao naufrágio, entretanto, jamais abandonou o local. Sentou-se de costas para o mar e foi ‘petrificado’” (SANTOS *et al.*, 2017, p. 1). Do lado Cristão, por sua vez, a simbologia da Pedra do Rei Sabá se associa com o mito de El Rei Dom Sebastião, rei de Portugal que morreu na guerra de Alcácer-Quibir, em 1578, mas seu corpo nunca foi encontrado. Para Pereira (2005),

O sebastianismo foi transplantado para o Brasil sob várias vertentes, tais como: a dos movimentos messiânicos ocorridos no século XIX, com caráter de fanatismo, em torno de líderes carismáticos que se diziam reis e que pregavam o desencantamento de Dom Sebastião à custa de muito sangue [...]. (PEREIRA, 2005, p. 62)

Com efeito, o sincretismo da imagem de Dom Sebastião se consolidou em algumas praias do Pará e do Maranhão, na qual se inclui a Pedra do Rei Sabá na ilha de Fortaleza (MAUÉS; VILLACORTA, 2001).

FIGURA 6 — PEDRA DO REI SABÁ



Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda nesse âmbito da religião, vale ressaltar que também houve construções humanas dentro do SPIF de objetos de sincretismo afro-religioso, como a estátua de Iemanjá (FIGURA 7), demonstrando que esse lugar se tornou um atrativo para manifestação da fé e para busca de

milagres por meio de oferendas. Isso tudo quer dizer que o SPIF, por meio de laços religiosos, relaciona-se com as pessoas locais para produção de memórias culturais.

FIGURA 7 — ESTÁTUA DE IEMANJÁ



Fonte: Arquivo pessoal.

Por conta do seu forte apelo científico e cultural, o SPIF se tornou Patrimônio Cultural do município de São João de Pirabas, por meio da Lei nº 913/2009. Com efeito, esse ato público colocou o SPIF no radar para receber investimentos das esferas municipal¹, estadual² e federal³ do Poder Público, sobretudo para potencializar a economia do geoturismo. Isso significou que para muitas pessoas o SPIF é um meio de subsistência e que há um forte trânsito de turistas que compartilham das memórias dos habitantes locais.

Portanto, fica nítida relevância do SPIF na vida da comunidade local. As pessoas, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, produzem memórias e relações histórico-culturais com o Sítio. Nesse sentido, a escola, enquanto uma instituição do estado,

¹ cf. LIMA, Oliveira. Prefeitura de São João de Pirabas realiza levantamento técnico para estruturar balneários e igarapés para o turismo. **Prefeitura Municipal de São João de Pirabas**, 2021. Disponível em: <<https://saojoaodepirabas.pa.gov.br/prefeitura-de-sao-joao-de-pirabas-realiza-levantamento-tecnico-para-estruturar-balnearios-e-igarapes-para-o-turismo/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

² cf. BUENAÑO, Bianca. Governo do Estado assina convênio para obras de infraestrutura em São João de Pirabas. **Agência Pará**, 2021. Disponível em: <<https://www.agenciapara.com.br/noticia/29734/governo-do-estado-assina-convenio-para-obras-de-infraestrutura-em-sao-joao-de-pirabas>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

³ cf. LIMA, Oliveira. Turismo em alta, São João de Pirabas está no mapa do Turismo Brasileiro 2022. **Prefeitura Municipal de São João de Pirabas**, 2022. Disponível em: <<https://saojoaodepirabas.pa.gov.br/turismo-em-alta-sao-joao-de-pirabas-esta-no-mapa-do-turismo-brasileiro-2022/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

deve se relacionar com esse patrimônio para ser parte ativa para sua preservação e para construção de conhecimento e memória. Na próxima seção será feita a análise do grau de reconhecimento da relevância patrimonial do SPIF por meio de um questionário aplicado numa escola local.

4 Análise do questionário

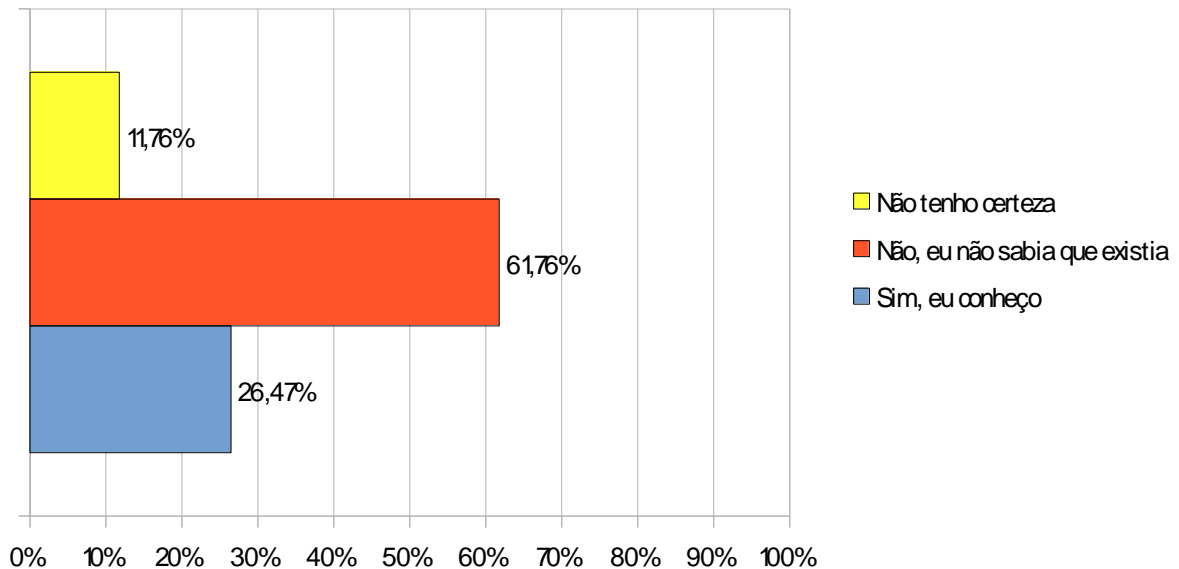
Os dados obtidos pela realização do questionário na pesquisa de campo foram aplicados a trinta e quatro estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Guajarina Menezes Silva. Por meio dessa amostragem, foram feitos gráficos para facilitar a análise quantitativa das informações. As reflexões mais aprofundadas serão feitas nas Considerações Finais.

A primeira aproximação analítica que apresentamos é acerca do reconhecimento do SPIF enquanto um patrimônio que impacta direta ou indiretamente a comunidade em torno das atividades econômicas e culturais que esse lugar agrega. A primeira pergunta do questionário foi uma pergunta geral para testar o conhecimento de mundo dos estudantes: “Você sabe o que é um Sítio Paleontológico?”. O resultado foi que a maioria deles, 38,24%, não sabia ou nunca tinha ouvido falar sobre isso, enquanto que apenas 14,71% sabiam o que era e como funcionava, 35,29% sabiam o que era de modo superficial e 11,76% não souberam responder. Isso revela que há uma falha da escola em aproveitar a existência do SPIF para didatizar conteúdos gerais elementares, como o conceito levantado pela pergunta.

A segunda pergunta traz um dado surpreendente, pois perguntamos se os discentes sabiam o que era o SPIF, e o resultado predominante foi que 61,76% deles não tinham o conhecimento de que esse patrimônio da cidade existia.

GRÁFICO 1 — QUANTIDADE DE ESTUDANTES QUE CONHECEM O SPIF

2. Você conhece o SPIF?



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Quando se considera que 11,76% desses estudantes não tinham certeza se conheciam ou não, o cenário fica mais nebuloso. O fato de apenas 26,47% de alunos e alunas conhecerem o SPIF demonstra que a escola não se aproveita da memória gerada em torno desse patrimônio histórico-cultural para gerar conhecimento, nem contribuindo para que haja o reconhecimento da relevância do SPIF enquanto um bem patrimonial. Esse fato é corroborado com os dados da pergunta 6 do questionário, em que 88,24% dos estudantes responderam que nunca discutiram ou realizaram atividades pedagógicas em sala de aula tendo o SPIF como tema e objeto, ao passo que apenas 8,82% disseram que fizeram alguma atividade escolar, e 2,94% não souberam opinar. A consequência desse contexto é que a maioria dos estudantes, 85,29%, sequer sabem quando o SPIF foi inaugurado, enquanto que apenas 8,82% tinham esse conhecimento e 5,88 não tinham certeza.

No entanto, essa falta de reconhecimento do SPIF enquanto patrimônio histórico-cultural é afetada por outro elemento: 85,29% nunca visitaram o SPIF, e apenas 14,71% haviam visitado. Isso pode demonstrar uma dificuldade da comunidade local em acessar esse patrimônio por conta da falta de conhecimento de sua importância, por um lado, e por conta de que os maiores incentivos são voltados para visitação de pessoas externas por meio do turismo, por outro.

Apesar desse cenário educacional nada animador para com o SPIF, o corpo discente que participou da pesquisa demonstrou curiosidade em realizar atividades escolares por meio da didatização do SPIF, pois 82,35% deles afirmaram que visitas regulares ao SPIF deveriam ser parte da rotina pedagógica da escola, enquanto que 8,82% afirmaram que não seria necessário e mais 8,82% não souberam opinar. Isso demonstra que, ao serem instigados a perceberem um patrimônio histórico tão próximo, os estudantes se interessam por construções didáticas que os possibilitem a compreender a história da sua realidade e da sua própria história local. Isso demonstra que há disposição estudantil para trabalhar com o SPIF na escola como uma evidência histórica, e o professor de história deve lapidar, por meio de estratégias didáticas envolvendo direta e indiretamente o SPIF, o entendimento do passado e do presente local em que vivem, na perspectiva do Ensino de História, aos estudantes, consolidando a necessidade futura de preservação da memória e do patrimônio material em si.

Um dado curioso veio da pergunta 5 em que foi perguntado aos alunos e às alunas sobre a importância do SPIF ao município de São João de Pirabas.

5. Você acredita que o SPIF é importante para São João de Pirabas?

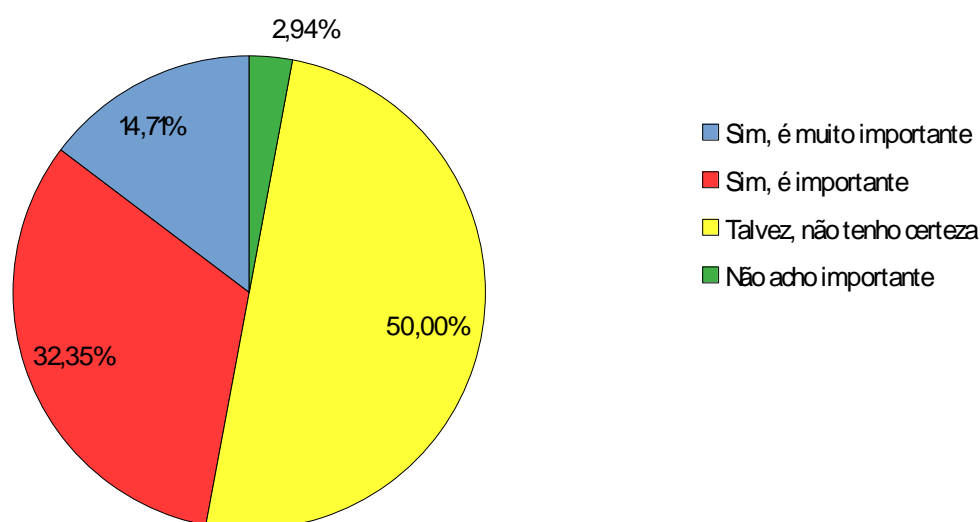


GRÁFICO 2 — IMPORTÂNCIA DO SPIF PARA SÃO JOÃO DE PIRABAS

Fonte: elaboração do autor (2023).

Dada a ausência de reconhecimento patrimonial atestada nos dados demonstrados anteriormente, o fato de 14,71% opinarem que é muito importante e 32,55% de que é importante demonstra que pode haver uma cisão na percepção desses estudantes, separando a ilha de Fortaleza do SPIF. Mesmo considerando os 50% que ficaram com dúvida, fica a sensação de que eles percebem de alguma forma a movimentação existente no SPIF. Essa constatação é reforçada com os dados da pergunta 8, em que perguntamos a opinião dos estudantes sobre a visibilidade do SPIF na comunidade: 38,24% responderam que é pouco conhecido e raramente discutido, 23,53% que é pouco discutido, mas algumas pessoas conhecem, 11,76% que é bem conhecido e discutido e 26,47% não souberam opinar.

Com efeito, a noção de preservação patrimonial SPIF é prejudicada pela falta de conhecimento e reconhecimento. O que significa que a comunidade local está alienada do seu patrimônio histórico-cultural por conta da falta de interesse do Poder Público em promover políticas para contemplar a relevância patrimonial do SPIF, a exemplo de incentivar a visita da escola a esse patrimônio. O conteúdo da pergunta 9 do questionário refletiu exatamente sobre isso:

9. Você acredita que a comunidade está envolvida na preservação do SPIF?



GRÁFICO 3 — ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA PRESERVAÇÃO DO SPIF

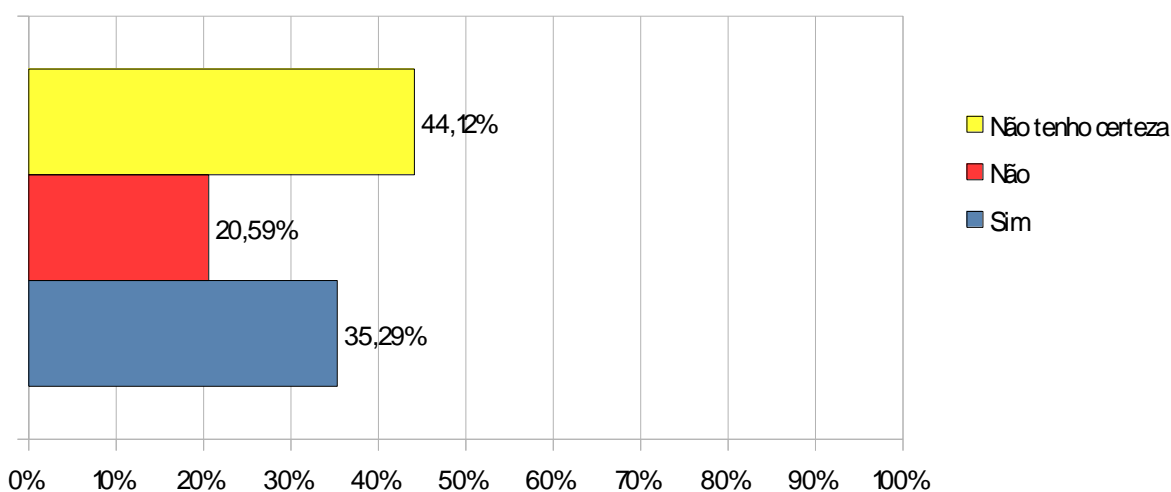
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Seguindo a tendência do que foi analisado até aqui, a maioria dos estudantes, 52,94% não souberam responder exatamente pela invisibilidade da noção patrimonial do SPIF. O fato de apenas 2,94% opinarem que deveriam ser responsabilidade das autoridades públicas, os demais percentuais demonstram que o SPIF tem uma ligação com a comunidade, por mais que seja parcial devido à falta de conhecimento patrimonial.

Por outro lado, a percepção das políticas públicas para preservação do SPIF segue a mesma dinâmica, em que a maioria dos estudantes aponta não saber opinar se as políticas públicas municipais têm um papel ativo na preservação desse patrimônio: 44,12% não tiveram certeza; 35,29% afirmaram que sim, acreditam que há políticas públicas para preservação; e 20,59%, opinaram que não. É possível constatar que a Prefeitura Municipal de São João de Pirabas cumpre um papel relevante em desenvolver políticas públicas para beneficiar o patrimônio local. Talvez pela falta de um trabalho institucional mais abrangente, que combinasse a ação do Poder Executivo com a Escola, talvez o resultado fosse melhor.

GRÁFICO 4 — POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E PRESERVAÇÃO DO SPIF

10. Você acredita que as políticas públicas municipais têm um papel ativo na preservação do SPIF?



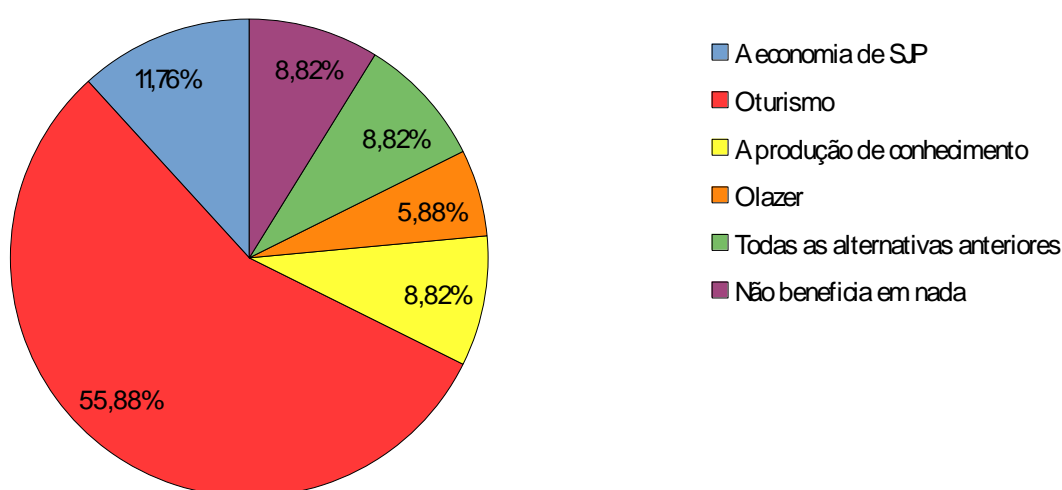
Fonte: elaboração do autor (2023).

Pelo último gráfico apresentado (GRÁFICO 5), é possível deduzir que os maiores esforços das políticas públicas de preservação do SPIF estão voltados ao turismo. É compreensível que os estudantes tenham essa percepção porque o geoturismo gera um efeito prático na economia, na geração de empregos e no trânsito de pessoas. Contudo, fica a

constatação de que a população não usufrui plenamente do seu patrimônio histórico-cultural por conta de falta de incentivo e financiamento por parte do Estado para que a escola, por exemplo, possa ter vivência das memórias do passado e do presente por meio da didatização de um patrimônio histórico-cultural como o SPIF.

GRÁFICO 5 — BENEFICIADOS PELA PRESERVAÇÃO DO SPIF

11. Você acredita que a preservação do SPIF beneficia mais:



Fonte: elaboração do autor (2023).

5 Considerações finais

O patrimônio histórico-cultural é um objeto histórico constituído e mantido por comunidades humanas, sendo produtor de memórias coletivas e individuais. Ficou nítido que o SPIF, para os estudantes dessa pesquisa, não é reconhecido como patrimônio. O que demonstra que há um silêncio na relação desses jovens com o SPIF, pois, embora não haja o reconhecimento desse artefato histórico enquanto construtor de memórias, esse lugar movimenta a vida da comunidade da qual esses estudantes fazem parte. Isso dá margem ao terreno perigoso do esquecimento, tornando esses jovens alienados do autoconhecimento de si e da história construída pela sua comunidade.

A escola, que deveria ser um elo para conectar a educação patrimonial à história do SPIF, não contribui significativamente para que os estudantes tenham o entendimento de que a identidade da comunidade está vinculada ao patrimônio local. Assim como os estudantes, a

escola também é um agente histórico que atua na produção de memórias e da história do SPIF. No entanto, constatamos que a escola não entendeu o seu papel transformador nem que o SPIF é uma fonte de mudanças permanentes aos fenômenos históricos e sociais locais.

É impossível não lembrar da proposta freireana de educação transformadora e humanizadora. Nessa concepção, a escola deve transpassar os seus muros para se conectar com a sociedade, pois, desse modo, há a possibilidade de um e de outro, assim como despertar a consciência ao entendimento do processo histórico (FREIRE, 1983). Por isso, é essencial que a escola se aproprie do SPIF para gerar conhecimento e reconhecimento do patrimônio histórico-cultural que a comunidade e os estudantes possuem.

O historiador enquanto educador deve estabelecer práticas de ensino-aprendizagem que identifiquem a memória individual dos estudantes e a memória coletiva da comunidade ao qual eles pertencem. Desse modo, alunos e alunas mobilizam suas próprias experiências para o entendimento do passado, do presente, da sociedade e da luta de classes (LE GOFF, 2003). Com efeito, o ensino de história deve reconhecer os elementos patrimoniais locais geradores de memórias para propor estratégias pedagógicas que aguace a percepção estudantil para valorizar e preservar sua própria realidade (BITTENCOURT, 2009). Por exemplo: seria possível contextualizar o conteúdo sobre os movimentos messiânicos no Brasil por meio da didatização da Pedra do Rei Sabá. Desse modo, os estudantes não só entenderiam esse processo histórico como reforçariam laços de pertencimento e de identidade, além de manter viva memória da sua comunidade e do SPIF.

A população de São João de Pirabas precisa entender o SPIF como parte de sua identidade e memória. Para Pollak (1989),

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteira sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões clãs, famílias, nações, etc. **A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade**, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9, grifos nossos)

A vida social, a cultura e a história coletiva pirabense passa pelo SPIF. No entanto, concluímos de que há uma desconexão entre sociedade e os governos locais para preservação dessa memória patrimonial, pois os esforços do Poder Público estão voltados apenas para exploração econômica desse patrimônio histórico-cultural, sobretudo por meio do geoturismo.

Não há políticas públicas para promoção de educação patrimonial nas escolas do município nem diálogos abertos com a comunidade para materializar a experiência histórica e a construção simbólica com o SPIF de modo consciente e permanente. O que invisibiliza as raízes históricas do passado, impedindo que hajam vínculos de lembrança individuais e coletivos.

Portanto, o uso patrimonial na didática escolar proporciona a assimilação de conteúdos escolares e fortalece o ensino-aprendizagem ao despertar de uma vivência consciente, crítica e transformadora dos estudantes. A comunidade e o Poder Público de São João de Pirabas estabelecem relações sociais e históricas com o SPIF para desenvolver relações econômicas, científicas e culturais. Os estudantes do Ensino Básico necessitam engajar sua visão de mundo para ser parte ativa e consciente da produção de memória e da história. O modo de como a escola e o historiador em sala de aula entendem a efetividade do SPIF enquanto um patrimônio histórico-cultural é essencial para desconstruir uma educação formal, instrumentalizada e funcional dos conceitos históricos.

6 Referências e Fontes

ALMEIDA, João Paulo Abreu. **Geologia e evolução da paisagem da Ilha de Itarana, NW do município de São João de Pirabas, NE do Estado do Pará**. Orientador: Maurício da Silva Borges. 2013. 58 f. TCC (Graduação) — Curso de Geologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CACHÃO, Mário; SILVA, Carlos Marques. Introdução do Patrimônio Paleontológico Português. **Geonovas**, Lisboa, n. 18, p. 13–19, 2004.

CALAZANS, Marília Oliveira. **Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do Século XIX**. Orientador: Francisco Assis de Queiroz. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. Tradução: Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 1999.

FERREIRA, Cândido Simões; CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Contribuição à paleontologia do Estado do Pará: notas sobre a formação Pirabas, com descrições de novos invertebrados fósseis. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 2, p. 1–72, jun. 1957.

FONSECA, Maria Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

LEITE, Islanny Alvino; LEITE, Clarany Alvino. Revisão bibliográfica sobre as atividades de pesquisas em paleontologia no Brasil, com ênfase na região Nordeste. **Biodiversidade**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 88–96, 2016.

SILVA, Octavio Ferreira da; LOEWENSTEIN, Pedro. Contribuição à geologia da folha de São Luís, no Estado do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 13, p. 1–17, abr. 1968.

PAOLI, Paula de. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de história e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.

- MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela. Pajelança e encantaria amazônica. *In*: PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria Brasileira**: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 11-58.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993. (Tradução: Yara Aun Khoury)
- OLIVEIRA JÚNIOR, Emanuel Fernandes de. **Por onde o mar passou**: a relevância de se Musealizarin situ os afloramentos fossilíferos da praia do Atalaia, em Salinópolis — PA. Orientador: Sue Anne Regina Ferreira da Costa. 2014. 72 f. TCC (Graduação) — Curso Bacharelado em Museologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. “Filhos do Rei Sebastião”, “Filhos da Lua”: construção simbólicas sobre os nativos da ilha dos Lençóis. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 61-74, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13–24, 2000.
- RIBEIRO, Luiz Carlos Borges *et. al.* O patrimônio paleontológico como elemento de desenvolvimento social, econômico e cultural: Centro Paleontológico Price e Museu dos Dinossauros, Peirópolis, Uberaba (MG). *In*: CARVALHO, Ismar de Souza *et. al.* **Paleontologia**: cenário de vida. v. 4. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. p. 965-774
- SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SANTOS, Pablo *et al.* Ilha de Fortaleza: cultura e religiosidade sobre os calcários da Formação Pirabas. **BOMGEAM**, Belém, v. 4, n. 3, p. 1-3, 2017.
- SÃO JOÃO DE PIRABAS. **Lei nº 913, de 24 de junho de 2009**. Dispõe sobre a proteção do Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza, São João de Pirabas, Estado do Pará, e dá outras providências. São João de Pirabas: Prefeitura Municipal, 2009.
- SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5–16, 2017.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUnicamp, 2009. p. 37-58.
- SILVA, Leonardo de Souza; COSTA, Sue Anne Regina Ferreira da. Uma proposta de fomento à salvaguarda do patrimônio paleontológico da praia do Atalaia, Pará, Brasil. **Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, v. 5, p. 1–29, 2019.

SILVEIRA, Maura Imazio da *et. al.* O sítio Jabuti, em Bragança, Pará, no cenário arqueológico do litoral amazônico. **Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 2, p. 335-345, mai./ago. 2011.

TÁVORA, Vladimir de Araújo; FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira; FERREIRA, Cândido Simões. Ilha de Fortaleza, PA: expressivo registro de fósseis do Cenozóico marinho do Brasil. In: SCHOBENHAUS, Carlos *et. al.* **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Vol. 1. Campinas: SIGEP, 2023. p. 139-144

APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO**1. Você sabe o que é um Sítio Paleontológico?**

- () Sim, sei o que é e como funciona.
- () Sim, ouvi falar, mas não tenho certeza do que é.
- () Não, nunca ouvi falar sobre isso.
- () Não tenho certeza.

2. Você conhece o Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza, em São João de Pirabas?

- () Sim, eu conheço.
- () Não, eu não sabia que existia um Sítio Paleontológico em São João de Pirabas.
- () Não tenho certeza.

3. Você já visitou o Sítio Paleontológico de São João de Pirabas?

- () Sim, já visitei.
- () Não, ainda não visitei.

4. Você sabe quando o Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza foi inaugurado?

- () Sim, eu sei.
- () Não, eu não sei.
- () Talvez, não tenho certeza.

5. Você acredita que o Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza é importante para São João de Pirabas?

- () Sim, é muito importante.
- () Sim, é importante.
- () Talvez, não tenho certeza.
- () Não acho importante.

6. Você já discutiu em sala de aula ou realizou atividades escolares sobre o Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza?

- () Sim.
- () Não.
- () Não tenho certeza.

7. Você acredita que visitas regulares ao Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza deveriam ser parte das atividades escolares?

- () Sim.
- () Não.
- () Não tenho certeza.

8. Qual é a sua opinião sobre a visibilidade do Sítio Paleontológico de São João de Pirabas na comunidade?

- É bem conhecido e discutido.
- É pouco discutido, mas algumas pessoas conhecem.
- É pouco conhecido e raramente discutido.
- Não tenho certeza.

9. Você acredita que a comunidade está envolvida na preservação do Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza?

- Sim, a comunidade está envolvida.
- Sim, mas só em algumas atividades.
- Não, mas acho que deveria se envolver mais.
- Não, acho que é responsabilidade exclusiva das autoridades públicas.
- Não tenho opinião formada.

10. Você acredita que as políticas públicas municipais têm um papel ativo na preservação do Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza?

- Sim.
- Não.
- Não tenho certeza.

11. Você acredita que a preservação do Sítio Paleontológico da Ilha de Fortaleza beneficia mais:

- A economia de São João de Pirabas.
- O turismo.
- A produção de conhecimento.
- O lazer.
- Todas as alternativas anteriores.
- Não beneficia em nada.

APÊNDICE B — GRÁFICOS ELABORADOS POR MEIO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO

GRÁFICO 1

1. Você sabe o que é um Sítio Paleontológico?

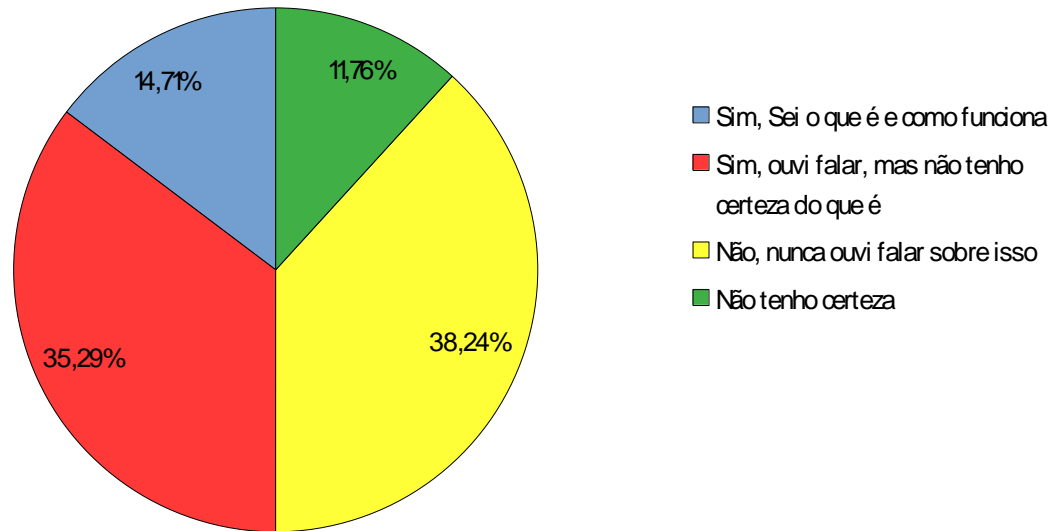


GRÁFICO 2

2. Você conhece o SPIF?

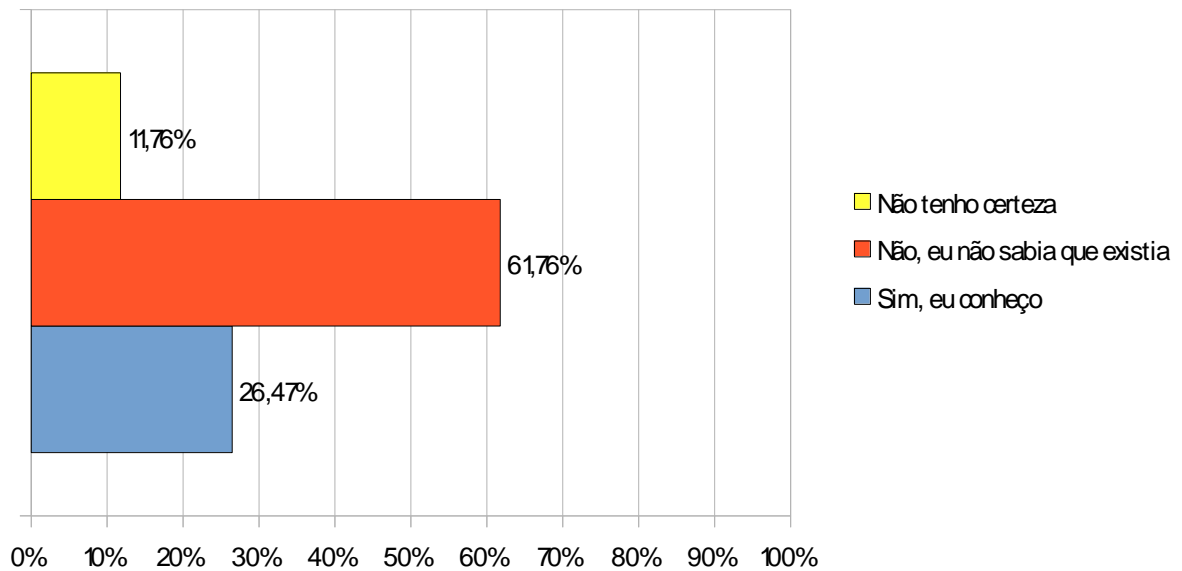


GRÁFICO 3

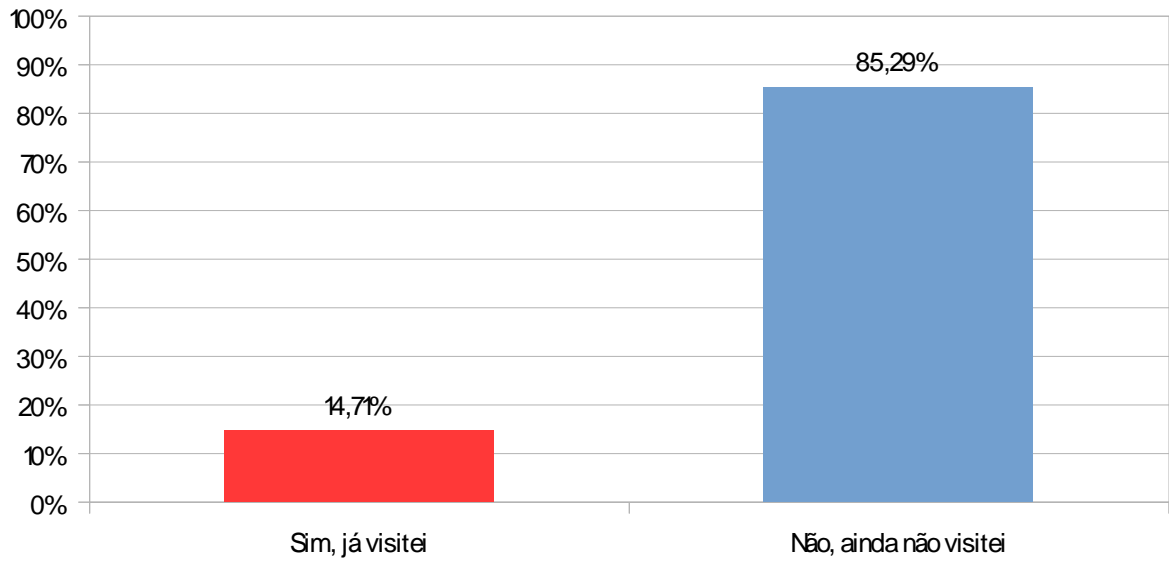
3. Você já visitou o SPIF?

GRÁFICO 4

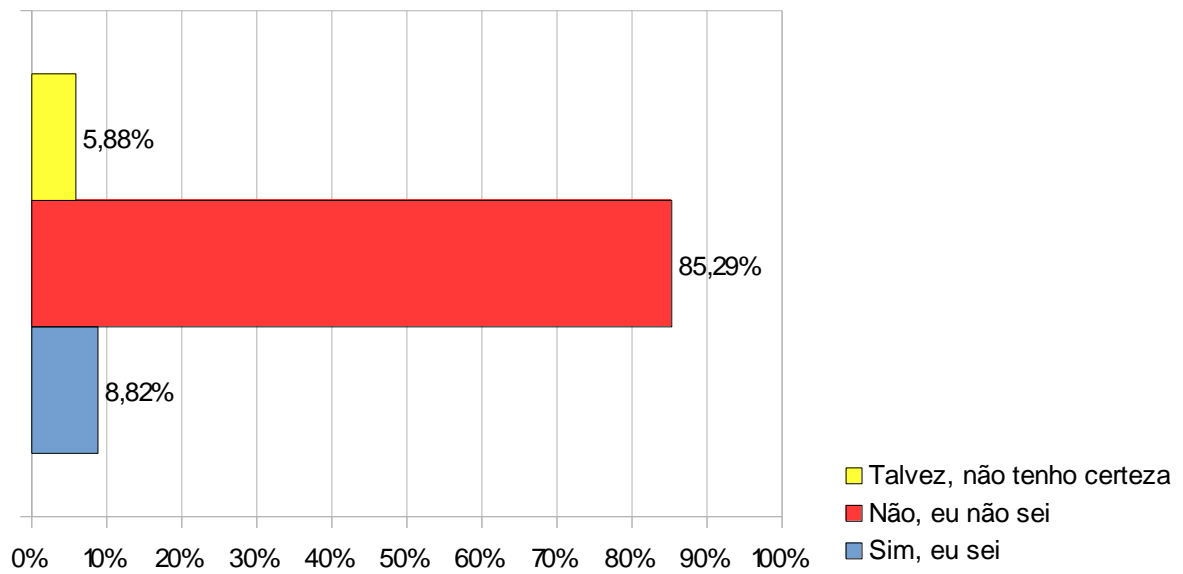
4. Você sabe quando o SPIF foi inaugurado?

GRÁFICO 5

5. Você acredita que o SPIF é importante para São João de Pirabas?

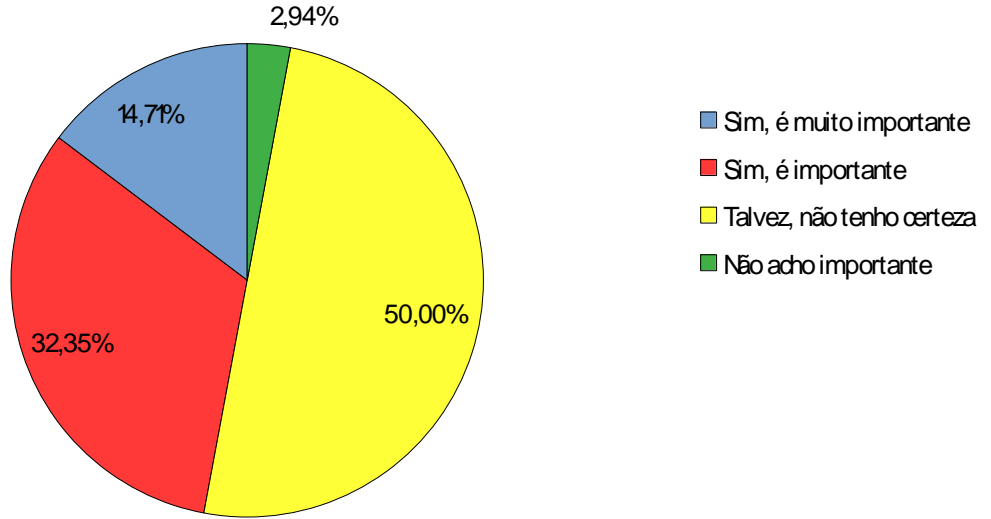


GRÁFICO 6

6. Você já discutiu em sala de aula ou realizou atividades escolares sobre o SPIF?

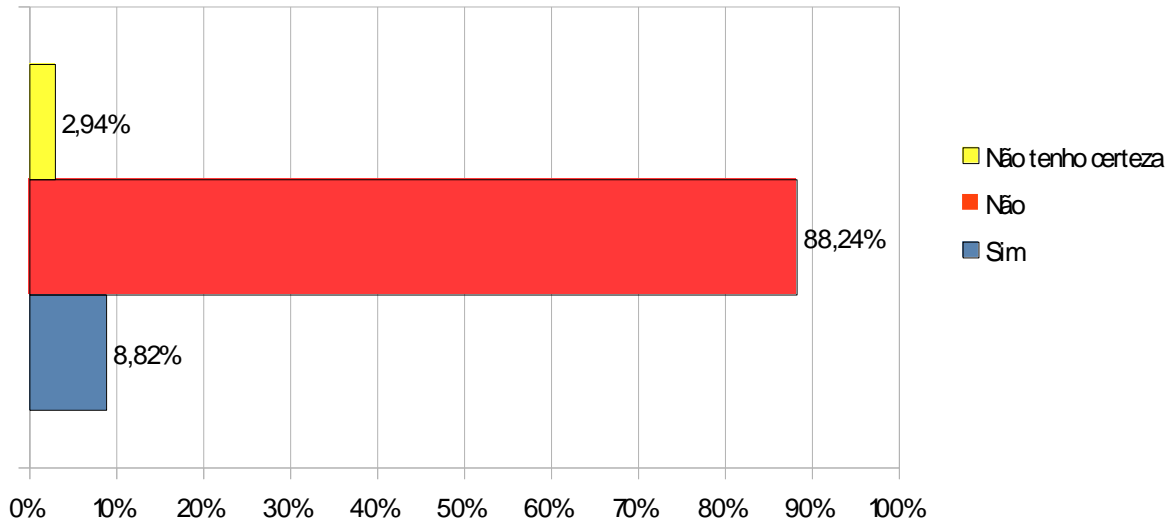


GRÁFICO 7

7. Você acredita que visitas regulares ao SPIF deveriam fazer parte das atividades escolares?

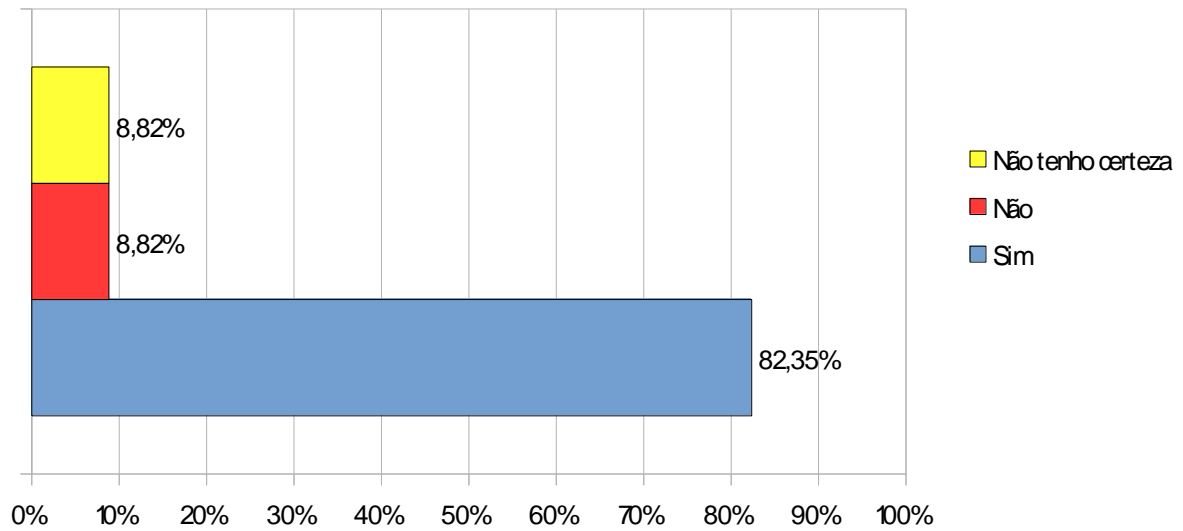


GRÁFICO 8

8. Qual é a sua opinião sobre a visibilidade do SPIF na sua comunidade?

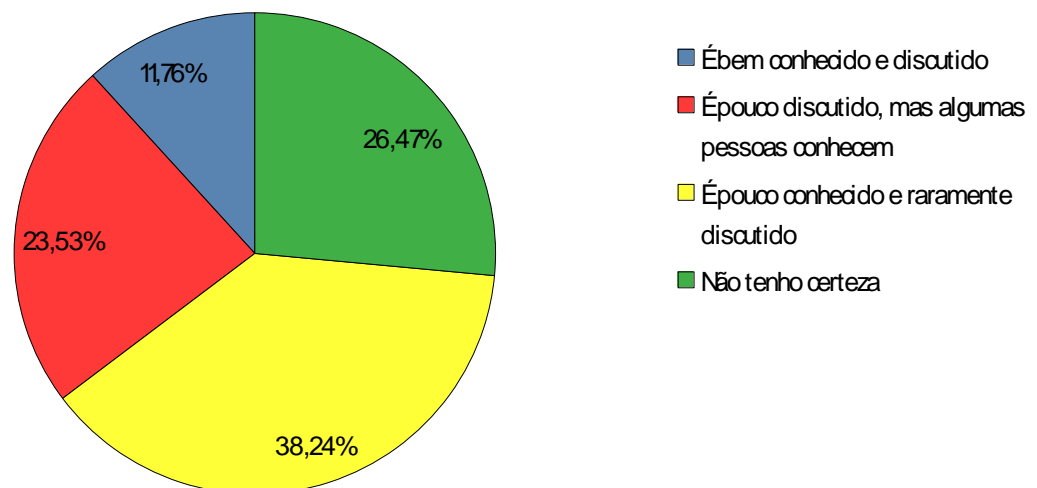


GRÁFICO 9

9. Você acredita que a comunidade está envolvida na preservação do SPIF?



GRÁFICO 10

10. Você acredita que as políticas públicas municipais têm um papel ativo na preservação do SPIF?

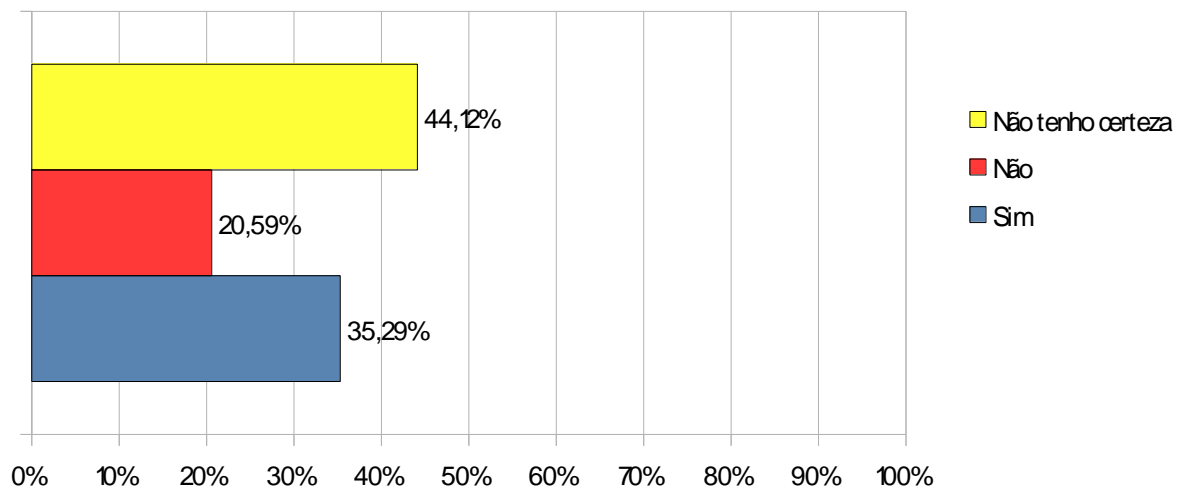


GRÁFICO 11

11. Você acredita que a preservação do SPIF beneficia mais:

